

# **POLÍTICA E REGIME DE INFORMAÇÃO: CONSTRUTOS TEÓRICOS E TESSITURAS PRÁTICAS**

**Policy and Information Regime: Theoretical constructs and practical tessituras**

**Maria Margarete Silva**

Universidade Federal da Paraíba  
Paraíba, PA, Brasil  
maria.margsilvaufpb@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0006-0803-301X> 

**Gustavo Henrique de Araújo Freire**

Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
Departamento de Biblioteconomia da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis,  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
Universidade Federal da Paraíba

Paraíba, PA, Brasil

gustavo.freire@facc.ufrj.br

<https://orcid.org/0000-0002-5540-4630> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

## **RESUMO**

**Objetivo:** O presente trabalho discorre sobre as construções teóricas do regime de informação levando em consideração o caráter metodológico, relacional e pragmático desse construto na potencialização da visão geral de um determinado contexto, facilitando, assim, a identificação dos seus elementos em interação, quais sejam, os artefatos de informação, os dispositivos e as ações de informação desenvolvidas pelos atores sociais humanos no campo prático da Escola Professora Adelina Almeida, sediada em Petrolina, município de Pernambuco. O estudo tem como objetivo identificar no desenho do Regime de Informação, os elementos que o constitui e as potencialidades desse construto na elaboração de políticas informacionais fortalecedoras das ações informacionais desenvolvidas pelos atores sociais da educação básica.

**Método:** Utiliza a pesquisa-ação, de natureza aplicada, de objetivo correlacional e abordagem qualitativa.

**Resultado:** A pesquisa evidenciou os quatro componentes do Regime de Informação e possibilitou a identificação de potencialidades e lacunas nas ações e políticas informacionais desenvolvidas na organização campo de estudo.

**Conclusões:** A partir desse estudo, constatou-se que o conceito do Regime de Informação, além de constitui-se numa abordagem teórica, metodológica e prática passível de aplicação em qualquer contexto informacional, é sugestivo para identificação de lacunas nas ações e políticas informacionais e melhorar os processos organizacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Regime de Informação. Política de Informação. Ações de Informação. Artefatos. Dispositivos.

## **ABSTRACT**

**Objective:** The present work discusses the theoretical constructions of the information regime, taking into account the methodological, relational and pragmatic character of this construct in enhancing the overview of a given context, thus facilitating the identification of its interacting elements, whatever they are, information artifacts, devices and information actions developed by human social actors in the practical field of the Teacher Adelina Almeida School headquartered in Petrolina, municipality of Pernambuco. The study aims to identify in the design of the Information Regime, the elements that constitute it and the potential of this construct in the elaboration of informational policies that strengthen the informational actions developed by the social actors of basic education.

**Methods:** It uses action research, of an applied nature, with a correlational objective and a qualitative approach.

**Results:** The research highlighted the four components of the Information Regime and enabled the identification of potentialities and gaps in the informational actions and policies developed in the organization field of study.

**Conclusions:** From this study, it was found that the concept of the Information Regime, in addition to being a theoretical, methodological and practical approach that can be applied in any informational context, is suggestive for identifying gaps in informational actions and policies and improving the organizational processes.

**KEYWORDS:** Information System. Information Policy. Information Actions. Artifacts. Devices.

# 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo, que decorre de uma pesquisa de doutorado em andamento, aborda construções teóricas do Regime de Informação (RI) e situa esses construtos no terreno fértil do campo de pesquisa da escola de ensino médio Professora Adelina Almeida (EPAA), sediada em Petrolina, no estado de Pernambuco (PE), visando, além da identificação do RI, analisar as teias relacionais entre seus elementos e as políticas informacionais instituídas na escola campo de pesquisa, no período de 2019 a 2023, estágio que marca a implementação do novo ensino médio na referida escola.

Buscamos, portanto, o entendimento de como se constitui um RI à luz de uma rede conceitual desenhada, a priori, por Frohmann (1995), Braman (2004), Ekbia, (2009) e Gonzalez de Gomez (2012), mas, interpretada e aplicada, de forma pioneira e inspiradora, por Freire (2013) no Laboratório de Tecnologias Intelectuais (LTI).

Para o mapeamento dos elementos do RI, buscamos trilhar um caminho já percorrido por Freire (2013), quando da reflexão sobre as ações de pesquisa, ensino e extensão no regime de informação no LTI do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.

Para abordar as questões teóricas e práticas relativas ao RI, buscamos apoio, também, nas teias conceituais construídas por González de Gómez (1996, 2002, 2003), Freire e Freire (2012), Freire (2014).

Destarte, por entender que as ações de informação são elementos fundamentais para a composição do RI nas organizações, ampliamos nosso entendimento acerca desse quadro conceitual, a partir das fontes teóricas construídas por Unger e Freire (2008), Freire (2013) e Freire (2021).

No contexto dessa reflexão, também, foi evidenciada a importância das tecnologias digitais, “frequentemente associadas a dois termos: processamento de informação e infraestruturas de informação”(Gonzalez de Gomez, 2019, p. 139), aqui abordadas como grande aliada no processo de “produção e intercâmbio de conteúdos simbólicos”(Thompson, 1998, p. 19), levando em consideração “o papel complexo na vida social de figurações que se apoiam, em parte, em uma infraestrutura baseada em mídia, mas cuja dinâmica evolui além dela” (Couldry; Hepp, 2020, p. 277), impactando, significativamente, no “domínio da política de informação” (Braman, 2004, p. 27, tradução nossa).

Decerto, esses construtos trouxeram sustentação à busca de evidências dos elementos do RI, tendo em vista as singularidades dos percursos, os pontos distintos e análogos das abordagens e o caráter inconcluso das definições e do conhecimento.

Destarte, o percurso empírico, embasado na pesquisa – ação “valorativamente inserida numa política de transformação”, possibilitou, sob viés da abordagem qualitativa, de objetivo correlacional, o alcance dos propósitos da pesquisa, dando visibilidade ao RI dominante na EPAA, a partir do mapeamento da sua composição, das ações ali institucionalizadas e das relações estabelecidas entre seus atores sociais humanos, na perspectiva da construção de novas políticas educacionais e informacionais (Thiollent, 2009, p. 47)

Vale ressaltar que o RI, além de se apresentar como um conceito teórico, assume também um caráter prático e relacional que se evidencia na conexão com seus elementos e, também, metodológico, uma vez que sinaliza caminhos para se alcançar os objetivos da pesquisa.

Convém lembrar que esse caráter múltiplo do RI, ratifica seu potencial na busca por evidências em pesquisas diversas e, em especial, naquelas relacionadas à Ciência da Informação (CI), sobretudo às de natureza pragmática, uma vez que potencializa a identificação dos elementos e o desenho global dos ambientes informacionais, que no nosso caso é a EPAA, situada em Petrolina- PE (Bezerra; Albuquerque; Freire, 2020).

## **2 REGIME DE INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES: CONSTRUTOS TEÓRICOS**

O Regime de Informação, dada a sua abrangência teórica, metodológica e prática, vem se configurando como um conceito importante no campo da Ciência da Informação (CI). Além disso, conforme estudos, apresenta singularidades que o distancia de outros enfoques relacionados às representações construídas nos demais regimes presentes em determinadas formações sociais, como mostra a revisão da literatura abordada nesse estudo.

Do ponto de vista conceitual, o RI, embora agregue significados diversos, seu eixo comum apoia-se nas relações que se estabelecem entre os atores sociais e suas ações de informação, considerando que, nessa contemporaneidade, a informação estaria imersa nas tecnologias digitais da informação e comunicação nas quais circulam, assumindo, assim, um caráter dinâmico e onipresente.

Por isso, para a tessitura desse artigo, parece acertado considerar a necessidade de reconhecimento do potencial tecnológico no acesso à informação, haja vista que a informação “é um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial temporal, impresso, sinal elétrico, onda sonora” entre outros (Le Coadic, 1996, p. 5).

E, embora essa pesquisa não se detenha no estudo das tecnologias, nosso argumento é de que as tecnologias digitais representam um reforço significativo para o entendimento das políticas e regimes de informação, uma vez que a “inovação tecnológica e os consequentes processos de globalização foram, particularmente, fatores importantes para estimular a transformação do regime global de informação”. (Braman, 2004, p. 20, tradução nossa).

Todavia, compreender o conceito de RI sugere o entendimento de como critérios de valores são estabelecidos e qual a vigência que assumem numa dada organização social e num determinado tempo e espaço nos quais os sujeitos estão envolvidos, haja vista que, assim como a sociedade e as relações entre os seus atores, o conceito de RI é algo dinâmico e, por isso, “podem ser esperados alterações ao longo do tempo, uma característica nem sempre encontrada em outros tipos de teoria política” (Braman, 2004, p. 29, tradução nossa).

Destarte, o RI define o “modo informacional dominante em uma organização social” e vai ganhando visibilidade a partir da identificação dos atores que dele fazem parte, das regras ali construídas, dos “recursos preferenciais de informação, dos padrões de excelência e dos modelos de sua organização, interação e distribuição enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância” (González de Gómez, 2012, p. 43).

Contudo, para construir a arquitetura do nosso texto elegemos uma rede conceitual, trazendo a abordagem teórica e prática do RI que, além de esclarecer nosso entendimento conceitual, contribuiu para a ampliação da reflexão acerca da importância desse conceito nas organizações, considerando seu papel na “necessária democratização do acesso a fontes de informação na *web*” e na construção de novos direcionamentos informacionais (Freire, 2013, p. 72).

Para tratar desses aportes, buscamos apoio na construção teórica de Frohmann (1995), que explica o RI como sendo “qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flua através de canais determináveis de produtores específicos, através de estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos” a exemplo de rádio, televisão, bibliotecas, entre outros. (Frohmann, 1995, p. 21, tradução nossa).

Sem embargo, conforme a atividade desenvolvida nas organizações, cada contexto pode integrar uma variedade de RI que, por sua vez, “incorpora um conceito de informação específico”, cujo significado “deriva das práticas sociomateriais desenvolvidas”, conferindo ao RI o caráter dinâmico e flexível que lhe é peculiar (Ekbia, 2009, p. 2, tradução nossa).

Decerto, compreender o desenho do Regime de Informação sugere considerar o ambiente em que ele se insere e os diversos elementos que o compõem, a exemplo de artefatos tecnológicos com suas conectividades, os dispositivos que regem os ambientes informacionais, estoques de informação, produtores de informação, canais de comunicação da informação, sistemas de recuperação da informação com seus encargos relativos à organização, armazenamento e transferência de informação bem definidos, as linguagens documentárias e, em especial, os seres humanos com suas necessidades informacionais (Unger; Freire, 2008).

Vale ressaltar que os atores sociais de uma dada organização têm um papel fundamental nesse novo cenário, tanto como fonte de informação como agente mediador entre a informação disponível e os atores de uma dada organização, sem desconsiderar, obviamente, o mundo complexo e globalizado, a necessidade de estudos permanentes e o importante papel das organizações na busca por uma logística que atenda às necessidades informacionais dos diversos usuários.

Desse modo, fomos tecendo as redes conceituais para tornar inteligível a arquitetura teórica do nosso desenho do RI. Exemplo disso, citamos González de Gómez (2002, p. 34) como fonte inspiradora para o enriquecimento da nossa discussão acerca do conceito de regime de informação, definido como

[...] modo de produção informacional dominante numa formação social, conforme o qual serão definidos os sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição.

Na perspectiva de ampliar o entendimento sobre o RI, buscamos apoio, também, em Braman (2004) que define o RI “como um quadro normativo e regulatório internacional que é menos rígido e menos formal que o sistema jurídico, mas que serve para ligar todas as partes envolvidas em determinada matéria de interesse” (Braman 2004, p. 13, tradução nossa).

Destarte, fortalecendo nossa trilha teórica, trazemos ainda os estudos de Ekbia (2009) que “desenvolve a noção de regimes de informação em sua base” a partir das dimensões práticas e contextualizadas da informação (Ekbia, 2009, p. 6, tradução nossa).

Convém ressaltar que mesmo buscando inspiração teórica em Frohmann (1995); González de Gómez (2002), Braman (2004) e Ekbia (2009), reconhecemos o caráter complementar que as diferentes abordagens imprimem ao RI, uma vez que Frohmann (1995, p. 91) situa o regime de informação nos “artefatos tecnológicos, na viabilidade do trânsito informacional por e através do meio físico”, González de Gómez (2002) harmoniza suas ideias sob o viés político e gerencial da organização, Bramam (2004)) aborda a conexão do RI com a Política de informação, levando em conta o aspecto dinâmico desse campo na organização, modificação e conservação do status das coisas e Ekbia(2009) reforça a dimensão prática e contextualizada que a informação assume nos diferentes regimes e contextos.

Assim, o regime de informação pode ser entendido como o modo informacional dominante de uma organização, como apresentado por González de Gómez (2012) que, associado ao meio físico e organizado em rede, possibilita o trânsito do fluxo de informação do produtor ao consumidor, com repercussões dinâmicas e contextualizadas.

Essa organização da ambiência informacional em rede, como afirma Castells (2001), reporta-se à sociedade da informação, aqui entendida como aquelas formadas por “estruturas abertas, capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando novos nós, desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação” (Castells, 2001, p. 566).

Com efeito, Unger e Freire (2008,) lembram que os regimes de informação apresentam em sua composição física:

a) estoques de informação (produzidos e disseminados no escopo dos sistemas de informação; b) diretrizes políticas e práticas de gestão que direcionam e organizam os conteúdos informacionais abrigados nos sistemas de informação; c) seres humanos e suas necessidades informacionais; d) ambiente social em que se dão os mecanismos de distribuição do acesso à informação; e) os meios físicos que permitem o ir e vir da informação (unidades de informação, rede Internet) (Unger; Freire 2008, p. 101

Posto isso, o nosso entendimento acerca do que seja o RI vai se delineando e convergindo para o enunciado de Unger e Freire (2008, p. 93) ao definir o regime de informação como sendo “ambientes onde convivem os sistemas de recuperação da

informação, as linguagens documentárias, e os seres humanos com suas necessidades informacionais”.

Desse modo, ancorados nesse construto de múltiplas tessituras, buscamos construir os fios teóricos que dão forma ao desenho da composição física do regime de informação numa determinada organização evidenciando sua ambiência e seus elementos constitutivos.

Para melhor esclarecer a constituição do RI, ancorados em González de Gómez (1996, 2002, 2003) e Freire (2014, 2017) e Freire (2021), apresentamos a seguir os quatro elementos que caracterizam e constituem o RI, cuja composição se apresenta como peças conexas, em um contexto inter-relacional, conforme explica o quadro 1.

Quadro 1 Construção teórica dos Elementos do Regime de Informação

Elementos do RI	Significação
Dispositivos de informação	“Conjunto de produtos e serviços de informação e das ações de transferência de informação”, relacionados às normas que dispõem sobre os processos (González de Gómez, 1999, p.63)
Artefatos de informação	Formas tecnológicas e materiais de armazenagem, processamento e de transmissão de dados e mensagem, informação (González de Gómez, 2002).
Atores sociais	“Reconhecidos por suas formas de vidas que constroem suas identidades através de ações” (González de Gómez, 2003, p. 35), “são responsáveis pela geração e recepção de informações no regime de informação, e os dividimos em duas categorias, humanos e não humanos, estes representados pelas instituições às quais os atores sociais humanos estão vinculados” (Freire, 2021, p. 179).
Ações de informação	Atividades desenvolvidas, pelos atores na ambiência dos regimes de informação, cujos estratos, domínios e modalidades se entrelaçam no espaço de dado regime de informação.

Fonte: Dos autores, baseado em Freire (2017) e Freire (2021)

Decerto, construir a tessitura teórica e prática do RI, representa um grande desafio, pois poderão passar despercebidos aspectos importantes da investigação. Todavia, essas evidências se tornarão mais acessíveis ao pesquisador à medida que ele se apropria de construtos teóricos ilustradores dessa busca, como possibilidade de uma investigação minuciosa do objeto de estudo.

Isso posto, torna-se pertinente dizer que nenhuma pesquisa acerca de construtos teóricos e práticos que trate da concepção, características e elementos constituintes do RI, encerra-se em si mesma. Ao contrário, suscitam novos olhares desveladores da realidade dinâmica que representa os construtos teóricos, a exemplo do estudo e definição da Política e do Regime de Informação em um dado contexto.

### 3 POLÍTICA E REGIME DE INFORMAÇÃO: TESSITURAS PRÁTICAS

Decerto, conhecer o RI da escola campo de pesquisa implicou na identificação do “modo informacional dominante” da EPAA, o qual define quem são os sujeitos, as regras, as autoridades informacionais e quais os meios e os “recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição” (Gozález de Gómez, 2012, p. 43).

Assim, evidenciamos que o RI da EPAA se inscreve nas relações que se estabelecem entre os atores sociais, que para efeito do nosso estudo consideramos apenas os “humanos”, quais sejam, pais, professores, gestores, coordenadores pedagógicos, secretária, analistas educacionais e alunos, intérpretes de Libras, porteiros, merendeiras (Freire, 2012, p. 179).

Dessa forma, o modo informacional dominante da Escola ganha visibilidade através da “interação e distribuição da informação”, assumida pelos sujeitos sociais, apoiados pelas regras inscritas no Regimento Interno, na Proposta Pedagógica da Escola (PPE), no Projeto Político Pedagógico (PPP), no Plano Nacional de Educação (PNE), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nos descritores curriculares e nos documentos oficiais que orientam a política de educação dentro da escola, nas atividades de ensino que realiza e nos artefatos preferenciais de informação utilizados, a exemplo de computadores, a internet, celular, circulares, ofícios e mensagens impressas e digitais, e-mail, whatsapp e, ainda, ao próprio modelo de organização da Escola (González de Gómez, 2002 p. 34).

A partir de um fio condutor traçado por Freire (2013), afiliada a Frohmann (1995), Gonzalez de Gomez (2002) e Unger e Freire (2008), associado a outros teóricos já citados e às observações empíricas realizadas na escola campo de pesquisa, buscamos o entendimento de como se constitui um RI e, assim, evidenciamos elementos de regimes de informação específicos da EPAA, enquanto “sistema estável ou rede nos quais os fluxos informacionais transitam” (Unger; Freire, 2008, p. 91), a exemplo da biblioteca escolar que, mesmo reconhecendo sua incipiência como lugar “que coloca sujeitos e repertórios culturais diversificados em relações de negociação simbólica”, desenvolve atividades de mediação da informação a partir de projetos de leitura envolvendo os atores sociais da escola campo de pesquisa e organiza seu acervo orientado por uma arquitetura de busca de informação identificada com fitas coloridas para direcionar o leitor (Perrotti, 2016, p. 21).

Ainda como elemento do RI, foi identificado o Sistema de Informação da Educação de

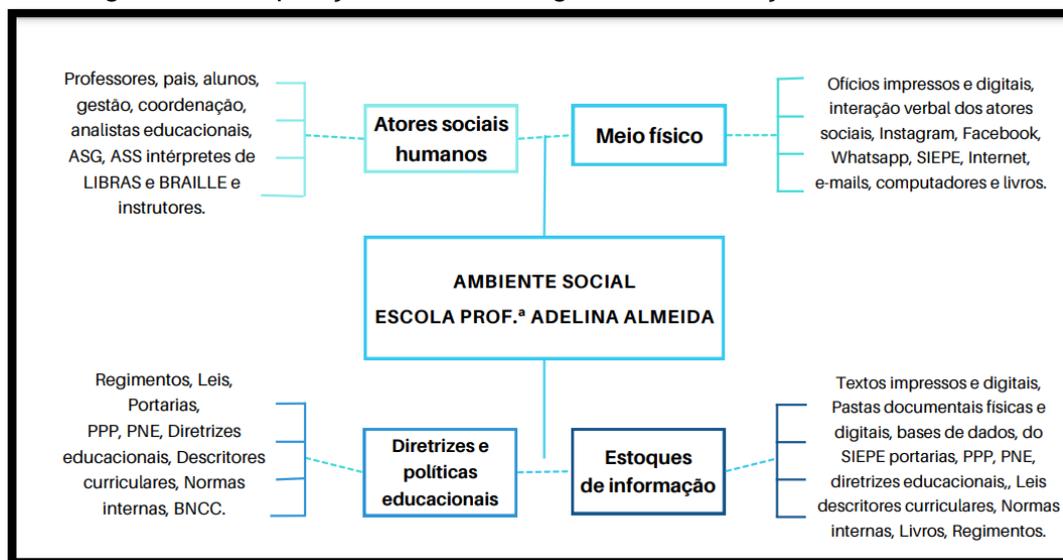
Pernambuco (SIEPE), um sistema bastante acessível onde consta a base de dados da vida acadêmica dos alunos e informações dos profissionais lotados na Escola.

Como foi visto, uma trilha que referenciou a busca de evidência do Regime de Informação na EPAA foi a abordagem de González de Gómez (2002), que definiu o regime informação como sendo o

[...] modo de produção informacional dominante numa formação social, conforme o qual serão definidos os sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição (González de Gómez, 2002 p. 34).

Na perspectiva de mapear os elementos do RI enumeramos, na ambiência do campo de estudo, a arquitetura física do Regime de Informação da EPAA, baseando nossas observações nos elementos apresentados por Unger e Freire (2008), quais sejam: estoques de informação; diretrizes políticas e práticas de gestão; o ambiente social e os meios físicos que possibilitam a circulação da informação e os atores sociais humanos, tais como apresentados na Figura 1.

Figura 1 - Composição Física do Regime de Informação da EPAA.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

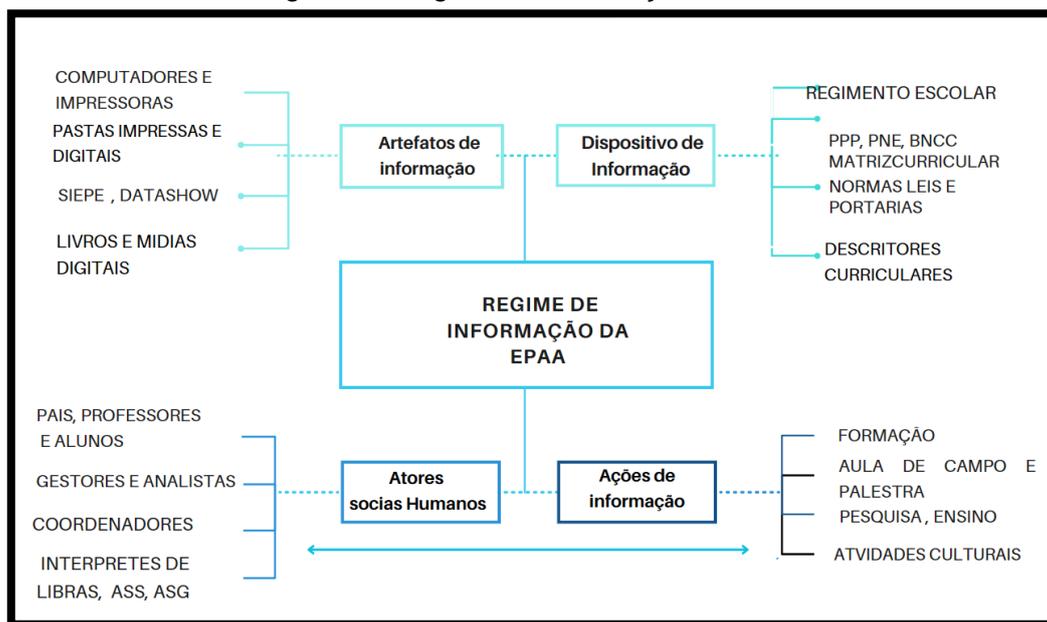
Esse recurso gráfico, representado pela figura 01, apresenta um delineamento da Composição Física do Regime de Informação da EPAA que, a nosso ver, pode ser entendido e explicado pelo ambiente social onde se dão as tramas de relacionamento dos sujeitos entre si e com a produção, armazenamento, recuperação, distribuição e uso da informação; as diretrizes que normatizam, regulam e orientam o trabalho na Escola e os estoques de informação produzidos e recuperados pelos sujeitos presentes na instituição

pesquisada.

Esses elementos evidenciados na EPAA vão confluindo para o enunciado de Unger e Freire (2008, p. 93) ao definirem o regime de informação como sendo “ambientes onde convivem os sistemas de recuperação da informação e os seres humanos com suas necessidades informacionais”.

Convém lembrar que os elementos do meio físico, apresentados anteriormente pela figura 1, estão inscritos nos elementos do RI, como propõem González de Gómez (1996, 2002, 2003) e Freire (2014), cujos quatro elementos foram evidenciados na pesquisa, conforme mostra a figura 2, a seguir.

Figura 2 - Regime de informação da EPAA



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Durante a pesquisa, ficou evidente que, dentre os artefatos de informação utilizados pela comunidade escolar, há uma predominância do uso do celular para pesquisa, atividades lúdicas como jogos em equipe, avisos, disseminação da informação e troca de mensagens para informar eventuais mudanças no cronograma do plano de ação e para informes de modo geral. Esse artefato, em especial para os alunos e instrutores surdos lotados na escola, mostrou-se importante na disseminação da informação, dado seu papel facilitador da comunicação, busca, recuperação, disseminação e uso da informação.

Todavia, mesmo o celular se apresentando como um artefato de grande valia na rotina pedagógica da EPPA, em especial, durante o período da pandemia, quando esse artefato se mostrou indispensável para a continuidade das atividades escolares, ficou

evidente que uma grande maioria dos alunos e pais não dispunham de celular, evidenciando, dessa forma, a condição socioeconômica desses sujeitos.

Assim, para armazenar, organizar e tornar a informação acessível para uso sempre que necessário, a EPAA, além dos dispositivos já apresentados, faz essa logística com apoio dos livros impressos e ordenados em estantes na biblioteca, de portfólios organizados e armazenados em computadores e nas nuvens e, ainda, em pastas de arquivos impressos e guardados em estantes da secretaria da Escola.

E, embora reconheça o papel das tecnologias digitais para organização, armazenamento, recuperação e uso da informação, a EPAA ainda mantém um grande número de materiais impressos e arquivados em pastas e caixas, localizados na Secretaria da Escola. Estes, gradativamente vão dando lugar a arquivos on-line motivados pela implantação do SIEPE, já citado anteriormente, onde são inseridos e disponibilizados em tempo real dados referentes a vida escolar do aluno como número de matrícula, notas, frequência, ata de resultados e, ainda, dados relacionados a participação dos familiares em reunião, quadro de horário de aulas, nomes dos professores e carga horária atribuída, calendário anual e registros de turmas regulares e diversificadas.

Com relação aos dispositivos informacionais que orientam e normatizam a Escola, a pesquisa identificou o Regimento Escolar, nos quais constam os dispositivos legais orientadores do acesso e permanência do aluno na escola, direitos e deveres de alunos e professores, entre outros; o Projeto Político Pedagógico (PPP), o qual apresenta os princípios, normas e filosofias que regem os trabalhos escolares, o perfil curricular de entrada e saída dos alunos na série ou ciclo; as ações a serem desenvolvidas anualmente pela escola; o Plano Nacional de Educação (PNE) que traduz as metas educacionais a serem cumpridas; a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que traz o arcabouço comum de aprendizagens e orienta a parte diversificada a ser desenvolvida de acordo com as especificidades culturais de cada escola; além das legislações, portarias e normas internas orientadoras das ações e relações na Escola.

Esses dispositivos se materializam através de artefatos que, durante a pesquisa, foram identificados em pastas de arquivos impressos e guardados em armários na secretaria da Escola, em pastas criadas em computador, na nuvem, em celulares e entre outros meios, a exemplo do SIEPE.

Destarte, o SIEPE constitui-se em um sistema de informações bastante complexo e útil à construção de novos direcionamentos políticos e pedagógicos, uma vez que os

professores alimentam esse sistema com dados referentes à vida acadêmica dos alunos – notas, frequência, conteúdos curriculares-; as Analistas Educacionais(AE) e Assistente de Serviço de Secretaria ( ASS) recuperam e analisam esses dados e os transformam em informações relevantes na construção de projetos de intervenção para desenvolvimento de aprendizagens dos alunos com resultados abaixo da média e com pouca frequência.

Com efeito, esses projetos são desenvolvidos levando em consideração as fragilidades e lacunas do processo de ensino e aprendizagem, sinalizando para uma seleção de conteúdos significativos “que contribuam ao saber julgar a informação e o conhecimento, como forma de favorecer o alargamento do pensamento, as novas compreensões e relações com os saberes, em suas diferentes dimensões”, como sugere Passos e Pieruccini (2018), garantindo estratégias de ensino e de aprendizagem mais efetivas (Passos; Pieruccini, 2018, p. 17).

É importante ressaltar que as análises das informações acadêmicas dos alunos recuperadas através da base de dados do SIEPE, em forma de gráficos e listas, têm sido fundamentais para alavancar a construção de políticas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, implementação de novas pautas de formação de professores por área do conhecimento, além de contribuir significativamente no processo decisório da gestão da Escola, da Gerência Regional de Educação (GRE) e do Estado de Pernambuco.

O sistema, alimentado pelas analistas, gestores, coordenadores, secretário e pessoal administrativo (AAS) com dados cadastrais dos professores por disciplina lecionada, é fundamental para alimentar a base de dados das GREs e da Secretaria de Educação de Pernambuco(SE-PE), como forma de monitorar as necessidades de profissionais no Estado, analisar resultados por escola e por Regional, implicando, também na implementação de políticas, que orientam o uso dessas informações na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Outros elementos do regime de informação evidenciados na Escola Professora Adelina Almeida (EPAA) foram os atores sociais, aqui apresentados como pais, alunos, professores, gestores, coordenadores, Auxiliares de Serviços Gerias (ASG), AE, ASS, porteiros, intérpretes de Libras e instrutores de surdos.

Ainda, na constituição do RI, evidenciamos as ações de informação enquanto “conjunto de estratos heterogêneos e articulados” que, na perspectiva de Freire (2014),

revelam-se através da mediação, formação e relação.

Dentre essas ações foram identificadas, a ação de mediação, que “intervém no contexto de outra ação” (Freire, 2020, p. 165), através do trabalho de formação em serviço, que ocorre semanalmente durante as aulas atividades, por meio de palestras e oficinas variadas e de atividades voltadas para o ensino de um modo geral; e a ação formativa, tal como perspectivada por Freire (2014), sob a forma do ensino em si: aulas expositivas, debates, seminários, atividades em equipe, entre outras.

Essas as ações, a partir dos estratos articulados, podem ser traduzidas numa envergadura informacional que, compartilhada pelos atores sociais da EPAA, passam a se configurar numa forma de vida desses atores, além da formação de um espaço de construção do conhecimento, de ressignificação da cultura e de busca permanente por novas informações e conhecimentos.

Nesse sentido, como resultado da nossa pesquisa, os quatro componentes do Regime de Informação da Escola Professora Adelina Almeida (EPAA), sugeridos pelo modelo original de González de Gómez (2012), vão se tornando evidentes no contexto do estudo, ao tempo que fortalecem o entendimento de que esta pesquisa não se encerra em si mesma e, por conseguinte, ao revelar seu aspecto inconcluso, suscita novos olhares desveladores da realidade dinâmica que é um regime de informação num dado contexto, a exemplo do Regime da EPAA.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada teve como ponto de partida um levantamento bibliográfico das abordagens teóricas e práticas relacionadas ao regime e à política de informação, levando em consideração não apenas a questão temporal da produção, mas também a pertinência dos achados com a Ciência da Informação e em conexão com o tema da nossa pesquisa, conforme as referências apresentadas no final do artigo.

Feita a seleção da literatura, realizamos leituras e fichamentos visando a construção de embasamento teórico norteador do entendimento do tema e a busca por evidências no campo empírico da pesquisa, seguindo um percurso ilustrado pela pesquisa-ação, cujas premissas se baseiam na perspectiva de intervenção no campo de pesquisa através da ampla e efetiva interatividade entre pesquisadores e pesquisados, participação no contexto social onde os problemas se inserem, na resolução ou esclarecimento dos problemas

observados, na ampliação dos “conhecimentos dos pesquisadores e do nível de consciência” dos sujeitos envolvidos (Barros, 2007, p. 92).

Dada as características da pesquisa-ação, que permitiu aos pesquisadores a participação no cotidiano da escola, esse estudo, que faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, assume configurações diagnósticas e participantes permitindo, além uma visão geral do campo de pesquisa, o envolvimento dos pesquisadores e da comunidade escolar para o esclarecimento e ou resolução dos problemas identificados, em face da “indissociabilidade entre a análise reflexiva, a partir da opinião dos atores sociais envolvidos no fenômeno ou situação estudada, e a análise histórico-estrutural do contexto” (Almeida; Perucchi; Freire, 2020, p. 5)

Vale ressaltar que o estudo, desenvolvido sob o viés da abordagem qualitativa, de objetivo correlacional, possibilitou o alcance dos propósitos da pesquisa, dando visibilidade ao RI dominante na EPAA, a partir do mapeamento da sua composição, das ações ali institucionalizadas e das relações estabelecidas entre os atores sociais humanos, na perspectiva da construção de novas políticas educacionais e informacionais.

Destarte, a referida escola foi escolhida para estudo, por ser o único polo de ensino médio da Região do Sertão Médio do São Francisco que, por não se constituir em escola de tempo integral, oferta o ensino médio em três turnos, visando atender as necessidades dos alunos que desejam trabalhar e estudar simultaneamente.

Ademais, a EPAA, na condição de escola de grande porte, recebe alunos de vários bairros da Cidade, cujos professores, temporários e efetivos, exercem a docência de acordo com a formação específica para a área de atuação visando, dessa forma, o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dos 1075 (mil e setenta e cinco) alunos ouvintes e 5 (cinco) surdos, cadastrados no Sistema de informação das Educação de Pernambuco (SIEPE) e distribuídos nos turnos, conforme suas especificidades.

Ainda para atender a viabilidade deste estudo, buscamos a conexão entre os construtos teóricos e práticos do RI, utilizando o campo fértil da EPAA como horizonte de evidências empíricas do nosso estudo, obtendo os dados através de interações sociais seguidas de análises, discussão, interpretação e registro, processo que envolveu observação da rotina diária, participação em rodas de conversa e análise de documentos legais e pedagógicos da escola.

Para efeito do desenvolvimento da pesquisa, além da observação participante e registro da rotina durante 2 (dois) meses, realizamos a leitura do Projeto político pedagógico (PPP), do Regimento e dos projetos pontuais denominados na instituição de projetos de

intervenção, construídos com o objetivo de aperfeiçoar o processo de ensino e de aprendizagem que envolvem professores e alunos com notas abaixo da média.

Assim, valendo-se dos espaços de reuniões bimestrais prescritas no calendário da EPAA, participamos de 03 (três) rodas de conversas envolvendo os membros do Conselho Escolar, representados pela equipe gestora, professores em regência e lotados na biblioteca, assistente administrativo, auxiliar de serviços gerais, pais e alunos.

## **5 ANÁLISES E RESULTADOS**

Para o alcance dos resultados da pesquisa, percorreu-se um caminho metodológico já apresentado anteriormente, levando em consideração os aspectos teóricos, metodológicos, relacionais e pragmáticos do RI em conexão com os elementos que o constituem, quais sejam, os artefatos de informação, os dispositivos e as ações de informação desenvolvidas pelos atores sociais humanos no campo prático da Escola Professora Adelina Almeida (EPAA), sediada em Petrolina, município de Pernambuco.

Desse modo, identificamos na EPAA o desenho do Regime de Informação e os elementos que o constituem, traduzindo uma visão geral das ações desenvolvidas com êxito e das potencialidades desse construto para a identificação das lacunas informacionais produzidas pela falta de artefatos adequados, de dispositivos orientadores das políticas educacionais e informacionais, de atores sociais para atuar em toda ambiência do RI e de ações, a exemplo de formação continuada que contemple os profissionais da biblioteca visando a construção de estratégias para trabalho mais efetivo de mediação da informação.

Vale ressaltar que o estudo possibilitou o entendimento de que a consciência da comunidade escolar acerca da existência, significação e potencial do RI é fundamental para uma efetiva articulação entre seus elementos, de forma que nada passe despercebido, mas que sejam evidenciados, analisados e traduzidos em políticas e ações informacionais efetivas e úteis à comunidade escolar.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir desse estudo, foi possível constatar que o conceito do Regime de Informação se constitui numa abordagem fundamental para a compreensão de um determinado campo de estudo, possibilitando, dessa forma, evidenciar os artefatos e dispositivos utilizados no processo de desenvolvimento da competência em informação e as ações de informação, tanto aquelas já desenvolvidas pelos atores sociais como as

demandas existentes nas organizações, a exemplo do envolvimento da biblioteca em ações formativas voltadas para a significação da informação e ações de mediação, a exemplo das atividades relacionadas à formação dos profissionais da EPAA, visando uma apropriação da informação mais efetiva, e que possibilite a geração de novos conhecimentos.

Ademais, do ponto de vista do nosso trabalho de pesquisa, foi possível apresentar outras reflexões conclusivas que, para nós, constituem-se em resultados à busca de evidências dos elementos do RI na escola campo de pesquisa e dos indicativos de lacunas nas políticas informacionais, gerando ausências de bibliotecários com formação específica para ressignificar o papel da biblioteca e alavancar ações efetivas para melhor uso da informação nesse espaço educativo e de convivência.

Esse encontro teórico-prático suscitou a identificação do desenho do RI da EPAA, materializado nos elementos que o constituem, quais sejam: os artefatos de informação, os dispositivos e as ações de informação desenvolvidas pelos atores sociais que fazem parte da organização.

Os referenciais teóricos estudados mostraram, ainda, a relevância de se cruzar vários olhares na busca do entendimento do que seja RI para , assim, poder trilhar caminhos reveladores dos elementos do RI nas organizações e, em especial na EPAA, enquanto campo de pesquisa.

Isso reafirma a identificação desses elementos que certamente não seriam visíveis para nós sem as contribuições teóricas dos ombros gigantes aqui consultados. Foi, ainda, a partir desses construtos teóricos que constatamos a relevância dada à informação na escola campo de pesquisa a partir da identificação de ações concretas enquanto elementos importantes do RI.

Convém lembrar que esse estudo identifica parte do RI do campo da pesquisa, que continuará no doutorado em andamento, potencializando, dessa forma, maior entendimento dos construtos teóricos e práticos do RI.

Vale ressaltar, ainda, a relevância dessa pesquisa para CI, ao possibilitar o diálogo com o campo da educação, percebida por se tratar de uma pesquisa em uma escola polo de ensino médio, que pouco tem recebido retorno das pesquisas sobre a contribuição do regime de informação para a apropriação efetiva da informação na Educação Básica, para a implementação de políticas informacionais e para como contribuição na construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da Escola.

Assim, a pesquisa traz contribuições para a construção de novos olhares acerca

da compreensão do conceito de Regime de Informação que trilhando um caminho epistemológico-pragmático, característico da área de Ciência da Informação, possibilita a construção de novos conhecimentos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jobson Louis Santos de; PERUCCHI, Valmira; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Ciência-Ação em Ciência da Informação: um método qualitativo em análise. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 25, p. 01–24, 2020. DOI: 10.5007/1518-2924.2020.e66993. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e66993>. Acesso em: 08 jan. 2024.
- BARROS, A. J. da S. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Perarson Prentice Hall, 2007.
- BEZERRA, E. P.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C.; FREIRE, I. M. Espaços de significação e regime de informação: aproximação entre conceitos. **Ciência da Informação em Revista**, v. 7, n. 2, p. 7-18, 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/347119850\\_](https://www.researchgate.net/publication/347119850_) Acesso em: 15 jun. 2023.
- BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. In Sandra Braman (Ed.), **The emergent global information policy regime**, pp. 12-37. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004. Disponível em [braman\\_2004\\_emergent\\_regime-libre.pdf](#) (d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net). Acesso em: 07 jun. 2023.
- CASTELLS, M. O espaço de fluxos. In: . **A sociedade em rede**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. v. 1. Cap. 6. p. 467-521.
- COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. **A construção mediada da realidade**. Tradução: Luzia Araújo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2020.
- Ekbia, H. (2009), Information in action: A situated view. **Proceedings of the Association for Information Science and Technology**. 46: 1-11. Disponível em <https://doi.org/10.1002/meet.2009.1450460233>. Acesso em: 05 Jan. 2024.
- FREIRE, G. H. A. O regime de informação da comunicação científica: uma abordagem. **Informação & Informação**, v. 26, n. 4, p. 175-199, 2021. DOI: 10.5433/1981-8920.2021v26n4p175 Acesso em: 03 ago. 2023.
- FREIRE, G. H. A; FREIRE, I. Ações para competências em informação no ciberespaço: Reflexões sobre a Contribuição da Metacognição. **Encontros: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**. V. 17, n. esp.1, pp.1-23, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view//1518-924.2012.v17nesp1p1>. Acesso em: 2 mar. 2020.
- FREIRE, I. M. Sobre o Regime de Informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais

– LTI. InCID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 70-86, 2013. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v4i1p70-86. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/59102>. Acesso em: 4 set. 2023.

FREIRE, I. M. Tecendo uma rede conceitual na ciência da informação: tecnologias intelectuais para competências em informação. **Informação;Tecnologia (ITEC)**, Marília/João Pessoa, v. 1, n.1, pp. 130-144, 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/itec/article/download/19840/11017>. Acesso em: 10 jun. 2021.

FREIRE, I. M. Relações entre os elementos do regime de informação no laboratório de tecnologias intelectuais - LTI. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 12, n. 2, 2017. Disponível em <https://brapci.inf.br/#/v/25748>. Acesso em: 20 set. 2023

FREIRE, I. M. A perspectiva do valor de informação: aplicação teórica no laboratório de tecnologias intelectuais. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 5, n. 2, p. 182-203, 2020. DOI: , 10.47681/rca.v5i2.39368, Disponível em <https://www.academia.edu/94090370/> Acesso em: 30 dez. 2023.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: **Annual Conference Canadian Association For Information Science**, 23, 1995, Edmond, Alberta. *Proceedings*, 1995. Disponível em: [http://www.cais- acsi.ca/proceedings/1995/frohmann\\_1995.pdf](http://www.cais- acsi.ca/proceedings/1995/frohmann_1995.pdf). Acesso em: 30 mar. 2016.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. **Informação&Sociedade:Estudos**,v.29,n.1,2019.DOI:10.22478/ufpb.1809-4783.2019v29n1.44357 Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/44357>Acesso em: 21 jun. 2023.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, [S. l.], v. 22, n. 3, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>. Acesso em: 4 jan. 2024.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 32, n. 1, pp. 60-76, 2003. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1020>. Acesso em: 3 out. 2023.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**. Brasília,v.1,p.2740, 2002 Disponível em:<http://www.sielo.br/pdf/pdf/ci/v31n1/a04v31n1.pdf>,Acesso em: 4 set. 2005.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. Da organização do conhecimento às políticas de informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, v. 2, n. 2, 1996. Disponível em <https://brapci.inf.br/#/v/41142>. Acesso em 14 abr. 2019.

LE COADIC, Ives-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

PASSOS, Marcos Paulo de; PIERUCCINI, Ivete. Saberes informacionais: um estudo sobre dispositivos culturais e a formação de atitudes face o conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018. **Anais eletrônicos [...]** Londrina, PR: ANCIB; ECA, USP, 2018. p. 1921-1941. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002911653.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

PERROTTI, E. Infoeducação: um passo além científico-profissional. **Informação@Profissões**, v. 5, n. 2, p. 5-31, 2016. DOI: 10.5433/2317-390.2016v5n2p05. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/315940355\\_](https://www.researchgate.net/publication/315940355_) Acesso em: 24 abr. 2023.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia** / John B. Thompson :tradução de Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer.- Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 14. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

UNGER, R. J. G.; FREIRE, I. M. F. Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.2, n. 2, pp. 87-114, 2008. Disponível em:<http://www..sbu.unicanp.br/seer/ojs/index/php/article/view/384>. Acesso em: 02 jun. 2015.

## NOTAS

### AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Gustavo Henrique de Araújo Freire, orientador da pesquisa e parceiro na construção do artigo e a Escola Professora Adelina Almeida que abriu espaço para realização dessa pesquisa.

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

**Concepção e elaboração do manuscrito:** G. H. A Freire, M. M. Silva

**Coleta de dados:** G. H. A Freire, M. M. Silva

**Análise de dados:** G. H. A Freire, M. M. Silva

**Discussão dos resultados:** G. H. A Freire, M. M. Silva

**Revisão e aprovação:** G. H. A Freire, M. M. Silva

### CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

### FINANCIAMENTO

Não se aplica.

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

### LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Encontros Bibli** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

### PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

### EDITORES

Edgar Bisset Alvarez, Ana Clara Cândido, Patrícia Neubert, Genilson Geraldo, Jônatas Edison da Silva.

### HISTÓRICO

Recebido em: 03-08-2023 – Aprovado em: 21-02-2024 – Publicado em: 15-04-2024